

Índice

<i>Ilustrações e mapas</i>	9
<i>Agradecimentos</i>	13
CAPÍTULO 1. Um novo olhar sobre a Idade Média	23
CAPÍTULO 2. Roma e os seus sucessores ocidentais, 500-750.	53
CAPÍTULO 3. Crise e transformação no Leste, 500-850/1000	83
CAPÍTULO 4. A experiência carolíngia, 750-1000	107
CAPÍTULO 5. A expansão da Europa cristã, 500-1100	133
CAPÍTULO 6. Reconfiguração da Europa Ocidental, 1000-1150	159
CAPÍTULO 7. O longo período da expansão económica, 950-1300	189
CAPÍTULO 8. As ambiguidades da reconstrução política, 1150-1300	217
CAPÍTULO 9. 1204: o fracasso das alternativas	257
CAPÍTULO 10. Definindo a sociedade: género e comunidade na Baixa Idade Média	279
CAPÍTULO 11. Dinheiro, guerra e morte, 1350-1500	311
CAPÍTULO 12. Repensar a política, 1350-1500.	345
CAPÍTULO 13. Conclusão	369
<i>Notas</i>	377
<i>Bibliografia</i>	421
<i>Índice Remissivo</i>	459

CAPÍTULO 1

Um novo olhar sobre a Idade Média

Este livro trata de uma mudança. Aquilo a que nós chamamos o período medieval, ou a Idade Média, durou mil anos, desde o ano 500 até ao ano 1500, e a Europa, que constitui o tema deste livro, tornou-se um lugar muito diferente no fim deste período, em comparação com o que era no seu início. O Império Romano dominou o início deste período, unificando metade da Europa, mas separando-a acentuadamente da outra metade. Mil anos mais tarde, a Europa assumiu uma forma complicada, que manteve até ao presente, com uma maioria de Estados independentes identificáveis de uma forma ou outra até aos dias de hoje. O objetivo do meu livro consiste em demonstrar como esta mudança, assim como muitas outras, aconteceram e até que ponto são importantes. Porém, o livro não se foca em resultados. Muitos dos autores que escreveram sobre a Idade Média têm-se ocupado das origens dos Estados-«nação» ou de outros aspetos daquilo que consideram como a «modernidade». Para eles são estes resultados que imprimem significado a este período. Considero esta perspetiva muito incorreta. A história não é teleológica, isto é, a evolução histórica não vai *para* determinado ponto; ela *parte de* determinado ponto. Além disso, na minha opinião, o período medieval, cheio de energia, é interessante por si só. Não necessita de ser validado por quaisquer desenvolvimentos posteriores. Espero que este livro evidencie este interesse.

No entanto, isto não significa que a história da Europa medieval tenha consistido simplesmente num turbilhão de acontecimentos padrão sem qualquer estrutura, exceto enquanto parte de um milénio escolhido aleatoriamente. De maneira alguma. A Idade Média assistiu a alguns momentos de clara mudança. É isto que dá forma a este

período. A queda do Império Romano do Ocidente, no século v, a crise do Império Oriental, quando confrontado com a ascensão do Islão, no século vii, a contundência da experiência carolíngia que moralizou amplamente o governo no final do século viii e no século ix, a expansão do cristianismo na Europa do Norte e do Leste (em especial) no século x, a descentralização radical do poder político no século xi, a expansão demográfica e económica entre os séculos x e xiii, a reconstrução do poder político e religioso no Ocidente, nos séculos xii e xiii, o eclipse do Império Bizantino no mesmo período, a Peste Negra e a evolução de estruturas estatais no século xiv, bem como a emergência de uma mais ampla participação popular na esfera pública, no final do século xiv e no século xv, constituem, na minha opinião, momentos de mudança mais importantes aos quais dediquei vários capítulos deste livro. Estes pontos de viragem estão ligados por um conjunto de mudanças estruturais, nomeadamente o recuo e a reinvenção de conceitos de poder público, a deslocação do equilíbrio dos recursos de sistemas políticos de tributação para a propriedade da terra e vice-versa, o impacto transformador da utilização da escrita na cultura política, assim como o crescimento, na segunda metade da Idade Média, de padrões formais e vinculativos de poder e identidade locais que transformaram as formas como os governantes e os governados lidavam uns com os outros. Esta questão também estará no centro deste livro. Um livro com esta dimensão não pode entrar em cada pormenor da micro-história de sociedades ou culturas, nem sequer oferecer narrativas pormenorizadas dos acontecimentos nos diversos países. Trata-se de uma interpretação da Idade Média, e não de um manual – já existem muitos livros deste tipo. Muitos deles são excelentes, pelo que não é necessário acrescentar mais um.¹ Apresentei, obviamente, em cada capítulo, um breve relato de ações políticas, para contextualizar os meus argumentos, em especial para os leitores que se debruçam sobre o período medieval pela primeira vez. Porém, a minha intenção é concentrar-me nos momentos de mudança e nas estruturas globais, para mostrar aquilo que, na minha opinião, foi o mais característico do período medieval, que o tornou interessante, bem como o alicerce fundamental para aquilo que se lhe seguiu.

A minha lista de momentos de mudança também apresenta um enredo diferente daquilo que aparece, explícita ou implicitamente, em

todas as outras narrativas da Idade Média europeia. A narrativa bastante comum, ainda hoje, vê a Europa a emergir da degradação graças à «reforma gregoriana» do século XI; da ignorância, graças à «Renasença do século XII»; da pobreza, graças aos fabricantes flamengos de tecidos e aos navegadores venezianos; da fraqueza política, graças à criação dos Estados-«nação» de Henrique II e Eduardo I, na Inglaterra, bem como de Filipe II e Luís IX, em França, Afonso VI e Fernando III, em Castela, atingindo o seu ponto alto nos séculos XII e XIII, com as cruzadas, a cavalaria, catedrais góticas, monarquia papal, a Universidade de Paris e o comércio de Champanhe. Pelo contrário, os anos posteriores a 1350 constituíram um período «em declínio», com pestes, guerras, cismas e insegurança cultural, até que o humanismo e uma reforma radical da Igreja voltaram a colocar as coisas no seu lugar. Este tipo de narrativa não aparecerá neste livro. Ela deturpa completamente os finais da Idade Média e exclui os inícios da Idade Média e o Império Bizantino. Além disso, uma grande parte desta narrativa constitui um produto do desejo de tornar o período medieval, pelo menos pós-1050, uma parte «real» da Modernidade, que já critiquei. Esta narrativa também é a herdeira oculta do velho desejo de uma história que dê lições morais, períodos para admirar, heróis e vilões, a qual os historiadores afirmam ter ultrapassado, embora, muitas vezes, não o tenham feito.

Para muitos, o moralismo deriva da própria palavra «medieval». A palavra tem uma história interessante. Começou por ser considerada uma palavra negativa e, muitas vezes, permaneceu como tal. A partir da república romana, as pessoas referiam-se a si mesmas como «modernas» – *moderni*, em latim –, e aos antepassados como *antiqui*, «antigos». No entanto, nos séculos XIV e XV, um punhado de intelectuais, aos quais chamamos «humanistas», começou a restringir o significado da palavra «antigo» aos escritores clássicos do Império Romano e aos seus antecessores, que eles consideravam os seus verdadeiros antepassados, relegando escritores supostamente inferiores do milénio intercalar para aquilo que – a partir do século XVII – se começou cada vez mais a designar como «Idade Média», o *medium aevum*, portanto «medieval». Este uso foi retomado sobretudo no século XIX, estendendo-se a tudo o resto: o governo, a economia, a Igreja, etc., «medieval», em oposição ao conceito, também do século XIX, do Renascimento, quando a história

«moderna» começou supostamente.² Por isso, o período medieval poderia ser considerado uma invenção aleatória, um logro perpetrado posteriormente por alguns estudiosos. Contudo, este logro tornou-se uma imagem poderosa, à medida que as camadas da «modernidade» se foram consolidando cada vez mais.

Quando a historiografia se tornou mais profissional, a partir da década de 1880, desenvolvendo-se uma especialização nos diversos períodos, o passado medieval também começou a ganhar uma imagem mais positiva. Algumas destas imagens foram um pouco defensivas, como, por exemplo, as afirmações de estudiosos dos diversos séculos medievais que consideram existir vários «renascimentos», o que poderia legitimar o período que estudavam aos olhos dos desdenhosos membros da sociedade moderna. Falar-se-ia então do «século XII renascentista» ou do «renascimento carolíngio». Algumas abordagens foram muito entusiásticas e, por vezes, fervorosas, quando historiadores católicos exaltaram a pureza religiosa da Idade Média, ou quando historiadores nacionalistas se focaram nas raízes medievais da identidade permanentemente superior dos seus próprios países. O período medieval, um passado longínquo e, em alguns lugares, pouco documentado, transformou-se, nestes casos, na origem imaginária de muitos desejos do século XX, tão fictícia como a retórica de qualquer humanista. Mas também houve mais de um século de duro trabalho empírico que permitiu reconhecer, de forma cada vez mais clara, a complexidade e o fascínio do milénio medieval. Os historiadores do período medieval nem sempre se apercebem de quanto devem às preocupações da historiografia nacionalista. Continua a ser verdade que os historiadores ingleses são mais propensos a ver o crescimento do Estado inglês como um tema central – o primeiro Estado-nação na Europa, uma marca do excecionalismo inglês – e os alemães preocupam-se com o *Sonderweg*, o «caminho especial» que evitou a formação de um tal Estado no seu país. Os historiadores italianos, por sua vez, olham para o desmembramento do reino de Itália com moderação, uma vez que o mesmo permitiu a autonomia das cidades italianas e, portanto, a cultura cívica que trouxe consigo o Renascimento (que consideram um fenómeno muito italiano).³ Porém, a profundidade e a complexidade dos estudos medievais são agora suficientemente grandes para também

poderem existir alternativas a estas perspetivas, que se tornam facilmente contornáveis.

Isto resolve um problema, mas gera outro. Se deixamos de imaginar a Idade Média como um longo e obscuro período de violência, ignorância e superstição arbitrárias, então, o que distingue esta era do período anterior e posterior? O início do período é mais fácil de estabelecer, até certo ponto, uma vez que está ligado convencionalmente às crises políticas resultantes da queda do Império Romano Ocidental, no século v; portanto, o ano de 500 constitui, aproximadamente, a separação entre o antigo e o medieval. Quer se considere ou não o Império Romano «melhor» do que os Estados ocidentais que lhe sucederam, estes últimos eram certamente mais fragmentados, estruturalmente mais fracos e economicamente mais simples. A rutura complicou-se devido à longa sobrevivência do Império Romano Oriental, ao qual chamamos atualmente Império Bizantino. Como tal, para o Sudeste da Europa, o ano de 500 não constitui, de modo algum, uma linha de separação. De facto, a queda do Império no Ocidente não afetou senão um punhado das atuais nações europeias – França, Espanha, Itália e Sul da Bretanha no máximo –, uma vez que o Império Romano nunca se estendeu à Irlanda, à Escandinávia, à maior parte da Alemanha e à maioria dos países de língua eslava. A questão também se torna complicada devido ao sucesso da tese da última geração de historiadores segundo a qual existiram continuidades muito significativas além da linha divisória do ano de 500, em particular no que diz respeito a práticas culturais – convicções religiosas, o imaginário do poder público – que podem ter contribuído para a sobrevivência, durante muito tempo, de uma «antiguidade muito tardia»: para alguns até ao ano de 800, para outros, até ao século xi. Neste caso, a relação entre a mudança e a estabilidade torna mais subtil a acuidade da rutura quando o Império se desmoronou. Porém, o meio século antes e depois do ano de 500 continua a constituir um ponto de partida conveniente e, pelo menos para mim, um marco constitutivo de uma mudança tão forte a demasiados níveis para poder ser ignorada.

O ano de 1500 (ou, mais uma vez, o meio século antes e depois) é mais difícil: houve menos mudanças ou, pelo menos, os supostos marcos do início do período «moderno» não foram de todo particularmente

significativos. A queda final do Império Bizantino, conquistado pelos Turcos Otomanos em 1453, não foi tão arrasadora numa perspetiva global, porque o outrora vasto império já estava reduzido a pequenas províncias dispersas na região em que se situam a Grécia e a Turquia atuais, e, de qualquer modo, os Otomanos mantiveram as estruturas políticas do Império Bizantino de forma muito eficaz. A «descoberta» da América por Colombo – ou, melhor, a conquista dos seus maiores Estados por aventureiros espanhóis nas décadas de 1520 e 1530 – foi certamente catastrófica para os americanos, mas foi preciso muito tempo para que o seu impacto na Europa (exceto em Espanha) se tornasse substancial. O movimento humanista que se encontra no cerne intelectual do Renascimento parece possuir um estilo cada vez mais medieval. Resta-nos a Reforma protestante, mais uma vez entre 1520 e 1530 (com uma Contrarreforma católica, mais para o fim do mesmo século), enquanto mudança religiosa e cultural que dividiu a Europa Ocidental e Central em duas e criou frequentemente dois blocos opostos, cada um com práticas políticas e culturais sempre divergentes que continuam a existir até aos dias de hoje. Esta foi certamente uma rutura importante – e relativamente brusca –, embora o seu impacto no cristianismo ortodoxo da Europa Oriental tenha sido reduzido. No entanto, se considerarmos a Reforma como o marco do fim da Europa medieval, então iniciamos a Idade Média com uma crise política e económica num ambiente de continuidade cultural e religiosa e fechamos esta época com uma crise cultural e religiosa num ambiente em que a política e a economia pouco se alteraram. Existe uma artificialidade em toda a definição da Idade Média à qual não podemos escapar.

Reconhecê-lo permite-nos, contudo, olhar novamente para a questão de saber como lidar com a Idade Média enquanto unidade delimitada. Seria certamente possível procurar uma data melhor de que o ano de 1500 para concluir a investigação: talvez 1700, com as revoluções científicas e financeiras; talvez 1800, com as revoluções políticas e industriais. Estas datas foram consideradas muitas vezes no passado. Mas tal significaria alegar a existência de um tipo de mudança padrão à custa de outras; seria inventar novos limites e não relativizá-los. A atração de aderir àquilo que temos consiste precisamente no facto de 500 a 1500 ser um período artificial no qual é possível identificar

mudanças diferentes em locais diferentes, sem que as mesmas tenham de conduzir teleologicamente a um grande acontecimento final, quer este seja a Reforma, uma revolução, a industrialização ou qualquer outro sinal de «modernidade». Além disso, é necessário acrescentar – embora eu não o tente fazer no presente livro – que isto também ajuda a fazer comparações mais amplas. Os atuais historiadores de África, da Índia ou da China criticam frequentemente o rótulo «medieval», uma vez que o mesmo parece trazer consigo uma «bagagem» europeia e, o que é muito mais sério, assumir a teleologia de uma inevitável supremacia europeia que a maioria dos historiadores hodiernos rejeita. Contudo, se a sua artificialidade for reconhecida, a experiência europeia medieval pode ser utilizada em termos comparativos, pode ser confrontada com outras experiências de uma forma mais neutra e, por isso, mais útil.⁴

De facto, a «Europa» deixou de ser um conceito simples. É apenas uma península de massa terrestre euro-asiática, tal como o Sudeste Asiático.⁵ No Nordeste, está separada dos grandes Estados asiáticos pela florestas da Rússia e vazios da Sibéria, mas o corredor de estepes ao sul do mesmo constituía uma ligação entre a Ásia e a Europa para cavaleiros intrépidos de todas as épocas, como mostraram os Hunos, Turcos Búlgaros e Mongóis, e a estepe continua para o Oeste, desde a Ucrânia à Hungria, no coração da Europa. E, mais importante ainda, a Europa Meridional é inseparável do Mediterrâneo, assim como de laços económicos – ainda que não de ligações políticas e culturais – com as regiões vizinhas da Ásia Ocidental e do Norte de África que atravessam todas as épocas. Enquanto o Império Romano existiu, o Mediterrâneo como mar uno era muito mais importante enquanto objeto de estudo do que a «Europa», dividida entre o Estado romano, no Sul, e uma rede em permanente mudança de povos «bárbaros» (como os romanos lhes chamavam), no Norte. Isto demorou a alterar-se. A religião cristã e as tecnologias do governo pós-romano pouco se expandiram para lá das antigas fronteiras do Norte do Império Romano até 950. Aliás, nessa altura, o Mediterrâneo já tinha começado a renascer como um centro de comércio e era tão importante como as redes de troca no Norte durante o resto da Idade Média.⁶ E a Europa nunca foi, nem nunca se tornou uma unidade política.